Capítulo 9

Termo 1

Idronomones

Que os idronomones se alegram ao vencer com as suas opiniões e se entristecem se as suas opiniões são julgadas fracas.

Termo 2

Indução

Que a indução é do princípio e do universal.

Termo 3

Ideia

Que não há uma única ideia de todos os bens.

Que aquelas coisas das quais há uma única ideia devem convir na noção segundo aquela forma, como a neve e a cerusa numa única noção de brancura.

Que ter certeza acerca da ideia é mais próprio de outra ciência ou de outro filósofo.

Termo 4

O jactancioso

O que é o jactancioso.

Termo 5

Ignorância

Que tudo o que se faz por ignorância não é voluntário, mas não é necessariamente involuntário.

Que aquele que age por ignorância, seja o que for, não se entristece na ação.

Que uma coisa é agir por ignorância e outra é agir de modo ignorante, como o ébrio e o irado que não sabem o que fazem; contudo, a causa não é a ignorância, mas a embriaguez.

Que a ignorância daquilo que é conveniente não torna a ação involuntária, porque não é ignorância, mas malícia, pois assim todo mau seria ignorante.

Que a ignorância que recai sobre os particulares causa o involuntário; nesses casos há misericórdia e perdão.

Que os homens são censurados por causa da ignorância do universal.

Que ninguém ignora todas as circunstâncias, a não ser que esteja insano, pois ninguém ignora o agente, uma vez que é ele mesmo quem age.

Que ignora o que faz aquele que mata o próprio filho julgando ser seu agressor, como Mérope, que matou o filho tomando-o por inimigo.

Sobre a ignorância acerca do instrumento e da finalidade; e apresenta um exemplo.

Que aquele que ignora as coisas principais parece agir sem querer, e segundo tal ignorância se diz involuntário; mas é preciso que estejam presentes o arrependimento e a tristeza.

Que os ignorantes são punidos se as causas da ignorância estão neles mesmos.

Que os que ignoram as coisas universais da lei, que é preciso saber e que não são difíceis, são punidos.

Que os ignorantes por negligência são punidos, porque está em nós ser diligentes.

Que aquele que ignora que de ações semelhantes se produzem hábitos semelhantes é quase insensível.

Que se alguém, não ignorando, faz algo pelo qual se tornará injusto, tornar-se-á injusto voluntariamente. Todavia, não é verdade que, se quisesse, o que já é injusto deixaria de sê-lo e se tornaria justo.

Que os ignorantes parecem ser corajosos e não estão longe daqueles que agem por boa esperança; mas os ignorantes são piores, porque aqueles têm alguma dignidade, pois investem conhecendo, ao passo que estes não têm nenhuma.

Que alguns ignoram o que dizem, quando aquilo que dizem lhes é inefável, como os mistérios de Ésquilo.

Termo 6

Avareza

Que a avareza sempre se associa àqueles que se empenham pelo dinheiro mais do que é preciso.

Que a avareza é deficiente no dar, mas excessiva no receber.

Que a avareza é incurável, porque a velhice e toda impotência tornam os homens avarentos.

Que a avareza é mais conatural a todos do que a prodigalidade.

Que a avareza peca por defeito no dar e por excesso no receber; mas não é preciso que todo avarento peque segundo esses dois modos, porque às vezes eles se separam.

Que os avarentos que são chamados mesquinhos deficiem todos no dar e também no receber, porque nem cobiçam o alheio nem querem receber se lhes for oferecido; e são chamados sovinas.

Que há certos avarentos que nem querem dar o que é seu nem receber o alheio, por uma certa moderação e temor das coisas torpes, porque, se dessem o seu, seria preciso que lucrassem torpemente o alheio.

Que alguns avarentos não querem receber para que não seja preciso que deem.

Que alguns avarentos abundam em receber qualquer coisa, como os que exercem ocupações torpes e os que se sustentam da prostituição e os usurários.

Que os avarentos, por um pequeno lucro, suportam a desonra.

Que do número dos avarentos são o jogador, o espoliador dos mortos e o ladrão, porque negociam ilicitamente e suportam a desonra.

Que são avarentos todos os lucros torpes, a saber, lucrar dos amigos a quem é preciso dar e querer lucrar de onde não é preciso.

Que a avareza é dita, com razão, contrária à liberalidade e é um mal maior do que a prodigalidade, porque nela pecam mais pessoas.

Termo 7

O incontinente

Que o movimento dos incontinentes é contrário à razão.

Que o incontinente nada faz por escolha.

Que alguém se torna incontinente passando o tempo em bebedeiras.

Que o incontinente e o mau alcançam por raciocínio aquilo que se propõem a ver.

Que alguns são ditos incontinentes em relação à ira, à honra e ao lucro.

Que o incontinente que é persuadido e age fazendo coisas deleitáveis é melhor, segundo a opinião de outros, do que aquele que age não por razão, mas por incontinência.

Que ao incontinente se aplica o provérbio: se a água sufoca, é preciso ainda beber.

Que o incontinente e o intemperante diferem quanto ao modo, porque o intemperante segue o deleitável por escolha como se fosse um fim, ao passo que o incontinente não julga que se deva agir assim, mas é vencido pelo ímpeto das paixões.

Que os incontinentes, à maneira dos que fingem, pronunciam palavras sem ter a compreensão.

Que a ignorância do incontinente se desfaz depois do movimento da paixão, como a do embriagado e a do que dorme, e isso pertence mais ao naturalista do que ao moralista.

Que o incontinente tem o hábito da ciência atado, assim como o embriagado profere as palavras de Empédocles.

O que é o incontinente absolutamente.

Que é manifesto que os incontinentes e os continentes e os perseverantes e os moles versam sobre os deleites e as tristezas.

Que se diz incontinente absolutamente aquele que versa sobre os prazeres corporais, acerca dos quais versam o temperante e o intemperante, não os escolhendo, mas à revelia da escolha e do intelecto.

Que o incontinente e o intemperante se ocupam do mesmo, mas não do mesmo modo; estes escolhem, aqueles porém não escolhem.

Que se diz incontinente aquele que é vencido pelas coisas deleitáveis ou pelos deleites que muitos vencem.

Que o incontinente é melhor que o intemperante e não é mau absolutamente; pois se conserva nele a verdadeira opinião acerca do fim.

Que o incontinente e o intemperante são semelhantes nisto: que ambos perseguem os deleites corporais; mas são dessemelhantes, porque este julga que deve, ao passo que aquele não julga.

Que o incontinente faz aquilo que não julga que deva fazer, por causa da paixão que o impele.

Que o incontinente não é prudente, porque todo prudente é virtuoso e prático; ora, o incontinente não é assim.

Termo 8

Incontinência

Que a incontinência não se refere a todas as paixões.

Que a incontinência e a intemperança se ocupam do mesmo.

Que a incontinência é censurada não apenas como pecado, mas como certa malícia universal ou particular; ora, nada disto se aplica à ira, ao lucro e à honra.

Que a incontinência ou a continência não se referem absolutamente, mas segundo semelhanças, aos deleites bestiais.

Que a incontinência e a continência se dizem absolutamente daquilo que corresponde à intemperança humana, mas quanto às demais coisas segundo metáfora.

Que a incontinência da concupiscência é mais torpe que a da ira, como se prova por quatro razões.

Que a incontinência e a intemperança são semelhantes por causa das ações e por causa da mesma matéria.

Que a incontinência é um hábito mau, ao passo que a continência é um hábito virtuoso.

Que a incontinência que padecem os melancólicos é mais sanável que a dos débeis que não permanecem firmes nos conselhos.

Termo 9

O intemperante

Que não chamamos intemperantes os que se comprazem nos odores das rosas e dos incensos.

Que o intemperante é aquele que excede nos deleites do tato.

Que o intemperante se apodera de todo prazer e de nenhum se afasta.

Que o intemperante se entristece mais do que é preciso enquanto não alcança o deleitável, e o próprio deleite lhe causa tristeza enquanto não o sacia.

Que o intemperante deseja todas as coisas deleitáveis, ou as que são de maior deleite, e é conduzido pela concupiscência mais do que o contém o governo da razão, e prefere, no lugar dos bens da razão, as coisas deleitáveis segundo o sentido.

Que o intemperante se entristece tanto por não alcançar quanto por desejar.

Que, se o intemperante deve ser curado, é preciso que tenha poucos e comedidos pensamentos, e nenhum contrário à razão.

Que o intemperante é mais censurável que o incontinente, porque persegue, sem desejo, as coisas supérfluas e foge das tristezas moderadas.

Que o intemperante é aquele que persegue os deleites supérfluos por escolha e não se arrepende no ato, sendo insanável.

Que o intemperante é pior que o incontinente, porque não é dado ao arrependimento e por isso é insanável, ao passo que o incontinente é sanável.

Termo 10

Intemperança

Que a intemperança é mais voluntária que o temor, porque a intemperança é deleitável, ao passo que o temor é penoso.

Que a intemperança é mais repreensível.

Que a intemperança se transfere aos pecados pueris, ao passo que o temor aos viris.

Termo 11

Entendimento

Que o entendimento é dos princípios, dos quais não há arte, nem ciência, nem prudência, porque a ciência é das coisas demonstráveis, ao passo que a arte e a prudência são das coisas contingentes.

Que o entendimento é dos termos extremos e primeiros.

Que todo entendimento apetece e escolhe o bem para si.

Que o entendimento é algo divino, cuja operação, segundo a própria virtude, é a mais perfeita felicidade.

Que o entendimento, ainda que seja pequeno em volume, sobreexcede muito mais a todas as coisas em preciosidade e em virtude.

Termo 12

Em razão da parte intelectiva

Que cada um parece existir em razão da parte intelectiva.

Termo 13

Entender

Que entender e sentir são principalmente bens.

Termo 14

Os cidadãos comuns

Que os cidadãos comuns se mostram fazendo o bem até mais que os príncipes.

Termo 15

As virtudes intelectuais

Que chamamos virtudes intelectuais a sabedoria, o intelecto e a prudência.

Que a virtude intelectual tem, em grande parte, a sua geração e o seu aumento a partir do ensino.

Termo 16

O jactancioso

Que o jactancioso é aquele que simula coisas gloriosas e inexistentes, e maiores do que existem.

Que, entre os jactanciosos, alguns fingem ter coisas maiores do que são sem nenhum motivo; outros por causa da honra e da glória, e tal pessoa não é muito repreensível; outros por causa do dinheiro, e estes são mais torpes.

Que o jactancioso não o é por uma potência, mas por escolha e por hábito, este que deseja glória ou lucro; e os que se jactam por causa da glória fingem aquilo em que há louvor e felicidade, ao passo que os que fingem por causa do lucro apresentam-se como médicos, adivinhos ou sábios.

Que o jactancioso se opõe mais ao veraz do que o irônico, porque é pior.

Que a mediania da jactância refere-se quase às mesmas coisas, isto é, aos ditos e aos feitos no convívio.

Termo 17

O juiz

Que cada um é bom juiz das coisas que conhece.

Que o juiz quer ser como que o justo animado.

Que os juízes são chamados mediadores, isto é, os que dizem o meio; pois o juiz iguala.

Termo 18

A justiça

Que a justiça é o hábito pelo qual se realizam as coisas justas.

Que a justiça legal é uma virtude perfeita, mas não absolutamente, e sim enquanto ordena para outrem, e é a mais preclara das virtudes, e nem o Vésper nem o Lúcifer são tão admiráveis.

Que, na justiça que se dá nas comutações, o dano ocorre de três modos, a saber: quando a ação injusta procede da ignorância; quando não procede de deliberação prévia; e quando alguém, sabendo e tendo deliberado, age injustamente por malícia.

Que a justiça é toda virtude ao mesmo tempo e a virtude sobretudo perfeita, porque faz portar-se bem tanto para consigo mesmo quanto para com outrem.

Que somente a justiça, dentre as virtudes, parece referir-se ao bem alheio; pois opera o que é proveitoso quer ao príncipe quer à comunidade.

Que a justiça legal não é uma parte da virtude, mas a virtude inteira, e o seu contrário não é uma parte da malícia, mas a malícia inteira.

Que a justiça o é enquanto aperfeiçoa para com outrem nas obras de todas as virtudes, ao passo que é virtude enquanto é absolutamente um hábito.

Que a justiça que é segundo uma parte é unívoca àquela que é a virtude inteira, na medida em que ambas têm a potência de operar para com outrem.

Que a justiça especial refere-se àquilo que produz deleite no lucro e tristeza no dano; a legal, porém, refere-se a tudo aquilo em que há uma operação virtuosa.

Que a justiça especial divide-se em distribuição e comutação.

Que a justiça distributiva consiste nas distribuições tanto de honras quanto de bens pecuniários; a comutativa, por sua vez, consiste nas relações mútuas, como quando alguém recebe a coisa de outrem em troca da sua.

Que, na justiça comutativa, uma é voluntária, como a venda e coisas semelhantes; outra é involuntária, como o furto e as demais coisas que ele enumera.

Que, na justiça comutativa, atende-se somente à diferença do dano. Pois nada difere se foi o virtuoso que privou o mau, ou o contrário.

Que a justiça dita segundo uma parte existe somente entre aqueles a quem a lei ordena.

Que a justiça é o hábito segundo o qual o justo é dito operativo por escolha, e distributivo, tanto para si mesmo quanto para outrem.

Que há uma certa justiça diretiva nas comutações voluntárias e involuntárias, e é distinta da distributiva.

Que a justiça se diz *dikaion* e o justo *dicastes*, como que diretivo para o *dican*; e dá exemplos.

Que a justiça se diz o bem alheio.

Que não há justiça do senhor para com o servo, nem do pai para com o filho, ao menos até que esteja na idade adulta.

Que nenhuma parte da justiça é útil aos incuráveis e aos maus, mas tudo lhes é nocivo.

Termo 19

O justo

Que o justo e o temperante não se dizem assim por realizarem coisas justas, mas por realizá-las como as realizam o justo e o temperante.

Que não é justo aquele que não se alegra com as operações justas.

Que o justo é o que respeita a lei e é equânime.

Que o justo, quando opera o justo sabendo, querendo e escolhendo, é justo; mas, se apenas querendo e não escolhendo, opera o justo e não é justo, porque não age a partir do hábito da justiça.

Que o justo quer viver e conservar-se, e sobretudo quanto ao intelecto pelo qual conhece.

Que o justo quer conviver consigo mesmo, porque o faz deleitosamente, tanto na memória dos benefícios passados quanto na esperança de fazer o bem quanto ao futuro; e no presente se deleita, porque a sua mente está cheia de objetos de contemplação.

Que se dizem justas e temperantes as coisas que são tais quais as opera o justo e o temperante.

Termo 20

O justo

Que o justo é o que se diz igual, o que sem razão parece evidente a todos.

Que o justo necessariamente envolve ao menos quatro termos: duas partes entre as quais se distribui e duas coisas que se distribuem.

Que todos reconhecem que o justo nas distribuições deve ser segundo certo mérito.

Que o justo da justiça distributiva é proporcional.

Que o justo envolve no mínimo quatro termos, pois é a mesma proporção; divide-se do mesmo modo tanto as pessoas quanto as coisas.

Que o justo distributivo daquilo que é comum, seja à comunidade seja à sociedade, se toma segundo a proporção geométrica.

Que nas transações o justo não é igual segundo a proporção geométrica, mas segundo a aritmética.

Que o justo diretivo é o meio igual entre o dano e o lucro; por isso, quando os litigantes têm dúvida, recorrem ao juiz.

Que o justo não é o mesmo que a reciprocidade, como diziam os pitagóricos, pois não convém nem ao justo distributivo nem ao diretivo na transação, porque nem sempre se deve dar a tua obra pela minha.

Que nas comunicações comutativas o justo contém a reciprocidade segundo a proporcionalidade e não segundo a igualdade.

Que o justo dominativo e o paterno não são o mesmo justo que o distributivo e o comutativo, mas são semelhantes.

Que o justo e o injusto político só existem entre aqueles que a lei ordena, e estes são aqueles nos quais há igualdade de governar e de ser governado.

Que algumas coisas são chamadas justas pela justiça legal, a saber, as que são segundo toda virtude ordenada pela lei.

Que o justo e o injusto não se dizem de um homem para consigo mesmo, mas necessariamente entre vários.

Que alguns julgam não ser preciso ser sábio para conhecer as coisas justas e injustas, porque não é difícil entender aquilo que as leis prescrevem; mas estas coisas só são justas materialmente e por acidente.

Que as coisas são justas formalmente quando se aplicam aos casos particulares segundo modos especiais, e isto é mais do que saber o que é saudável.

Que as coisas justas se encontram naqueles nos quais estão os bens absolutamente, a saber, o ouro e a prata, que vêm ao uso dos homens; ora, nestes bens os homens têm superabundância e falta, mas para alguns não há superabundância deles, a saber, para os deuses.

Que é mais justo o que alguém tem para com a sua esposa do que para com os filhos ou as suas posses e servos, e isto é o justo econômico e é distinto do político.

Termo 21

O justo natural e o legal

Que dos justos políticos um é natural e outro é legal; e é natural aquele que tem a mesma força para com todos e em toda parte, e não pelo fato de assim parecer ou não parecer; legal, porém, é aquele que só tem diferença a partir da posição da lei, como ele exemplifica.

Que as coisas justas legais são as que se estabelecem segundo a composição da lei e segundo o que é conveniente, e são semelhantes às medidas, que não são iguais em toda parte; do mesmo modo, as coisas justas que não são naturais mas humanas são diversas entre diversos povos, mas alguma é a melhor.

Que cada uma das coisas justas, a saber, das naturais e das legais, se relaciona com cada uma das obras deste ou daquele como o universal, porque as obras são muitas e são reguladas por um único universal.

Que não se deve dizer que age justamente nem que pratica ato de justiça (dycaioprage) aquele que restitui um penhor contra a vontade e por temor, mas somente por acidente; e do mesmo modo a respeito do injusto.

Que aquele justo que se diz segundo metáfora e semelhança não convém que seja justo de alguém para consigo mesmo.

Que parece haver certo justo de todo homem para com todo aquele que pode participar da lei e do pacto, e do mesmo modo a amizade, enquanto homem.

Que o justo é duplo: um não escrito e outro segundo a lei.

Termo 22

A injustiça

Que há certa injustiça especial além da injustiça geral, e esta se manifesta em muitos vícios.

Que a injustiça desigual e do avaro, que consiste em receber mais, se relaciona como a parte para com o todo.

Que a injustiça pratica muitos males formalmente, mas o injusto efetivamente.

Que a injustiça que é contrária à justiça é operativa do injusto, e isto é a superabundância e a falta, seja do útil seja do nocivo, que está fora do proporcional.

Que a injustiça não está em todos os que praticam o injusto, porque sempre que alguém atribui a si mais dos bens e menos dos males pratica o injusto, mas nem por isso há sempre injustiça.

Que a injustiça pode ser para consigo mesmo, porque acontece nas potências da alma que alguém sofra algo contra o próprio apetite, e nestas há o justo como entre o que impera e o que é imperado.

Termo 23

O injusto

Que o injusto parece ser transgressor da lei, avaro e desigual.

Que o injusto nem sempre escolhe o mais, mas também o menos nas coisas absolutamente más.

Indaga-se de quais obras alguém se torna injusto.

Que ninguém é injusto senão pelo princípio da escolha, de modo que, se alguém se une a outra mulher sabendo-o, não por este princípio mas por uma paixão inata, pratica o injusto mas não é injusto.

Que não são injustos os que agem por ira ou por outras paixões não naturais, mas, sendo nocivos e pecando, praticam o injusto e injustiças, mas contudo não são chamados maus e injustos, porque agem não por injustiça mas por paixão.

Que alguém é injusto e mau quando age por escolha e com a intenção de prejudicar.

Termo 24

O injusto / uma injustiça

Que o injusto está fora do proporcional de dois modos, a saber, no mais e no menos, e isto ocorre também nas obras da justiça distributiva; pois quem pratica o injusto tem mais, ao passo que quem o sofre tem menos do bem.

Que ninguém pode fazer injustiça a si mesmo, porque então sofreria o injusto voluntariamente; e prova-o nos injustos particulares, porque ninguém comete adultério com a própria esposa, mas com outra, nem arromba o próprio muro; pois é da noção da injustiça que se sofra contra a vontade.

Que ninguém faz injustiça a si mesmo voluntariamente.

Que faz injustiça à cidade aquele que se mata a si mesmo, pelo que a cidade sofre dano, e há certa desonra infligida pela cidade, como o fato de a lei prescrever que tais homens não sejam sepultados.

Que não faz injustiça a si mesmo aquele que pratica apenas um ato injusto, mas não é totalmente depravado segundo a malícia universal que está compreendida na injustiça legal.

Que todo praticar o injusto é voluntário e por escolha.

Que não parece cometer injustiça aquele que a sofreu e reage contra ela do mesmo modo.

Que mais se aproxima de cometer injustiça aquele que distribui, quando distribui voluntariamente, porque nele está o princípio da ação; o que recebe nem sempre comete injustiça, a não ser que esteja em sua vontade ter mais por meio de alguma maquinação.

Que se diz que alguém comete injustiça de muitos modos: ou como primeiro motor, ou como instrumento conjunto, como a mão, ou separado, como o servo e o machado, os quais praticam coisas injustas não formalmente, mas materialmente.

Que não comete injustiça formalmente quem, ignorando ambos os direitos, isto é, o legal e o natural, julga à margem da justiça de um e de outro; mas, se julgou injustamente conhecendo-os, em favor de alguém que ama ou por temor da pena, age avaramente também por si e injustamente.

Que aquele que julga injustamente por causa de amizade tem mais, não daquilo sobre que versa o litígio, porque não recebeu o campo sobre o qual julgou, mas dinheiro.

Que os homens julgam ser fácil cometer injustiça e estar em seu próprio poder; mas isto não é assim, porque unir-se à mulher do vizinho e ferir o próximo é fácil e está em seu poder, mas isto não é cometer injustiça formalmente; ao passo que agir como agem os injustos não é fácil nem está em seu poder, a não ser que primeiro adquira o hábito.

Que cometer injustiça formalmente e por si é agir assim como age o injusto e por hábito, assim como dar um fármaco, isto é, um medicamento laxativo, não é curar, mas fazer como faz o médico.

Que sofrer injustiça, como disse Eurípides, e inconvenientemente, é voluntário.

Se acontece que alguém cometa injustiça contra si mesmo.

Que sofrer injustiça é aquilo que se dá à margem da vontade daquele que a sofre.

Que ninguém sofre injustiça querendo-o, nem mesmo o incontinente, mas à margem da vontade.

Que não sofre coisas injustas quem dá o que é seu; e prova-o pelo dito de Homero, que diz que um chamado Glauco deu coisas de ouro por coisas de bronze a Diomedes, e um outro cem bois por nove. Pois no próprio dar há injustiça, isto é, materialmente, mas o sofrê-la não está no poder do que padece, e antes é preciso que aquele que age seja injusto.

Termo 25

O injusto

Que cometer injustiça e sofrer injustiça são ambos, na verdade, coisas más, porque um e outro se afastam do meio no qual está o bem da justiça, um pelo mais e o outro pelo menos.

Que cometer injustiça é pior do que sofrê-la, porque sempre é acompanhado de malícia e é repreensível, seja de modo perfeito, seja quase; ao passo que sofrer injustiça é sem malícia e sem injustiça.

Que sofrer injustiça por si é um mal menor do que cometê-la; mas, por acidente, nada impede que seja um mal maior, assim como acontece que uma lesão no pé seja, por acidente, pior do que uma pleurisia, se por causa dela acontecer cair e ser capturado pelos adversários e morrer; contudo, o médico diz absolutamente que a pleurisia é pior.

Se comete injustiça aquele que, sabendo e querendo, distribui a outro mais do que a si mesmo, à margem do mérito.

Que não comete injustiça contra si mesmo quem dá a si próprio menos, mas apenas sofre um dano.

Que o injusto e a injustificação diferem, porque o injusto se diz pela natureza ou pela ordem, ao passo que a injustificação se diz quando é exercida numa obra.

Que alguém pratica o injusto e o justo quando os realiza querendo; mas, quando os realiza sem querer, nem comete injustiça nem pratica justiça, a não ser por acidente.

Termo 26

Justificação

Que a justificação é comumente chamada dycaiopragema, isto é, operação de justiça.

Que a justificação e o dycaiopragema se determinam pelo voluntário e pelo involuntário.

Que de modo algum há injustificação se não é voluntária.

Termo 27

Ira

Que aquele que age por ira segue de algum modo a razão, mas o que age por concupiscência não; portanto, esta é mais torpe.

Que a ira é mais natural do que as concupiscências supérfluas.

Que as iras e as concupiscências dos prazeres venéreos transformam os homens e provocam loucuras.

Que aquele que faz algo por ira não se diz que age por premeditação e, por isso, parece iniciar mais o mal aquele que provoca do que aquele que age por ira.

Que a superabundância da ira ocorre segundo todas as circunstâncias, porque alguém se irrita com aqueles com quem não convém e igualmente nas outras circunstâncias; contudo, nem todas se encontram numa mesma pessoa.

Que a iracúndia é a superabundância no tocante às iras.

Que o irado age entristecido, mas o que causa injúria age com deleite; e entende-se isto da injúria do adultério.

Que aquele que abunda pouco na ira é digno de perdão, mas o que abunda mais é repreensível, e o que abunda muito ou é muito deficiente é grandemente repreensível.

Que a ira é uma certa paixão, mas as coisas que a produzem são muitas e diferentes.

Que a ira e a concupiscência são paixões racionais.

Que é louvado aquele que se irrita com as coisas e com as pessoas com que convém, e como, e quando, e pelo tempo que convém.

Que não se irar com aquilo com que convém parece ser próprio do insensato, e segundo todas as circunstâncias, porque não parece sentir nem entristecer-se.

Que aquele que, ao irar-se, se afasta pouco do meio, seja por abundância, seja por deficiência, não é repreendido, mas antes louvado; e aos que são um pouco deficientes chamamos também mansos.

Que louvamos os que se iram como viris e capazes de governar.

Termo 28

Inirascibilidade

Que a inirascibilidade é um defeito.

Termo 29

Os iracundos

Que os iracundos, que se iram rapidamente e com as coisas e as pessoas com que não convém e mais do que convém, têm isto de ótimo: que se acalmam rapidamente; pois não retêm a ira, mas a expelem.

Que o iracundo não é insidioso.

Termo 30

Irar-se

Que não é fácil determinar com quem e o quanto se deve irar, e até que ponto se age retamente ou se peca.

Termo 31

O irado

Que o irado sofre antes da vingança, mas se deleita ao punir.

Que os irados que lutam por causa da ira não são corajosos, pois não o fazem pelo bem nem como diz a razão, mas por causa da paixão.

Termo 32

O irracional

Que o irracional participa de algum modo da razão.

Termo 33

A andorinha

Que uma só andorinha não faz a primavera, nem um só dia; assim, tampouco uma só virtude faz feliz, nem um curto tempo.

Termo 34

O involuntário

Do involuntário misto de violento e voluntário: o exemplo do tirano e do marinheiro que lança seus bens ao mar em tempo de tempestade; pois tais operações parecem mistas e assemelham-se mais às voluntárias.

Que aquelas coisas que em si mesmas são involuntárias, mas cujo princípio está no que age, são voluntárias no momento presente, como o que tem seus bens no navio em tempo de tempestade.

Termo 35

O involuntário por ignorância

Do involuntário por ignorância.

Termo 36

O involuntário

Que nas coisas involuntárias há misericórdia e perdão.

Que o involuntário se diz por ignorância e por violência.

Que o involuntário é acompanhado de tristeza e arrependimento.

Que é inconveniente chamar de involuntárias as coisas que em certos casos se deve desejar e das quais irar-se.

Que todo involuntário é penoso, ao passo que o que é segundo a concupiscência é deleitável.

Que é inconveniente sustentar que sejam involuntárias as coisas que procedem da ira e da concupiscência.

Que, dentre os involuntários, são perdoáveis aqueles que se cometem não só por quem ignora, mas por causa da ignorância; ao passo que aqueles que não são por causa da ignorância, mas cometidos por quem ignora em razão da paixão, não são perdoáveis.

Termo 37

O pobre

Que o pobre não pode ser magnífico.

Termo 38

A doença

Que as doenças do corpo são voluntárias quando a causa é voluntária, como censuramos aquele que perdeu a própria visão.

Termo 39

O desavergonhado

Que o desavergonhado é chamado corajoso por metáfora, pois tem algo de semelhante ao corajoso, já que ambos são destemidos.

Termo 40

O insensível

Que se dizem insensíveis os que muito faltam nos deleites do tato.

Termo 41

O doente

Que, assim como o doente que ouve o conselho do médico e nada faz não estará bem no corpo, assim os que filosofam sobre a virtude e nada praticam nunca estarão bem na alma.

Termo 42

Os ischironomones

Que os ischironomones são opiniáticos, indisciplinados e rústicos.

Termo 43

Níobe

Que Níobe, por causa de um amor desmedido, se rebelou contra os deuses.

Termo 44

Juízo

Que o juízo dos singulares se dá pelos sentidos, e as virtudes pelas coisas particulares.

Termo 45

Os jovens

Que os jovens são inclinados ao amor, porque, por causa do deleite e da paixão que perseguem, vivem muito amorosamente.

Que os jovens rapidamente amam e rapidamente cessam de amar, e muitas vezes num mesmo dia caem do amor.

Que os jovens, por causa do deleite, querem permanecer juntos e conviver o dia todo, porque assim se forma neles a amizade, quando são deleitáveis uns aos outros.

Que os jovens se tornam amigos rapidamente, mas não amigos de todo perfeitos, porque não permanecem na amizade; ora, conviver e alegrar-se mutuamente parecem ser as coisas mais próprias da amizade; por isso são benevolentes.

Termo 46

Os infortunados

Que aos infortunados o amigo deve ir prontamente, sem ser chamado, para lhes fazer bem, e sobretudo àqueles que estão em necessidade e não se dignam pedir, isto é, que não exigem; pois é melhor e mais deleitável para ambos, quando a um se socorre na necessidade e o outro realiza obra de virtude.

Termo 47

O jovem

Que os jovens se tornam geômetras, mas não prudentes.

Que, desde a juventude, como diz Platão, deve-se habituar quando alegrar-se e entristecer-se, e naquilo em que é preciso.

Que os jovens, por causa do crescimento, têm um fluxo de humores no corpo, como também os que estão embriagados de vinho, e por isso são muito ardentes nas concupiscências dos deleites.

Que o jovem não é ouvinte apropriado da política; pois é inexperiente dos atos que se dão segundo a vida.

Que o jovem segundo a idade ou segundo o modo juvenil em nada diferem.

Que não é fácil que o jovem seja retamente conduzido à virtude pelo costume, a não ser que tenha sido criado sob leis coativas.

Que para os jovens, nos quais vigoram as paixões, as obras das virtudes não são deleitáveis por si mesmas.

Que, para que os jovens e as crianças sejam bons, é preciso que a sua criação seja ordenada por leis.

Que não basta que alguém seja criado retamente na juventude, mas é preciso que, chegando à idade viril, se habitue às obras de virtude; e a respeito disso necessitamos de leis por toda a vida.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:23:39 by Admin
Updated 17 October 2026 18:24:51 by Admin